

TRANSPARÊNCIA ATIVA



PROJETO ONG Transparente

Prestando contas à sociedade

1 O ENTE POSSUI INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPARÊNCIA NA INTERNET?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 48, II, DA LC 101/00 E ART. 2º, 8º, §2º, DA LEI 12.527/11.

2.1 - O SITE CONTÉM FERRAMENTA DE PESQUISA DE CONTEÚDO QUE PERMITA O ACESSO À INFORMAÇÃO?

2.2 - O SITE POSSIBILITA A GRAVAÇÃO DE RELATÓRIOS EM DIVERSOS FORMATOS ELETRÔNICOS, ABERTOS E NÃO PROPRIETÁRIOS, TAIS COMO PLANILHAS E TEXTO (CSV), DE MODO A FACILITAR A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 8º, § 3º, INCISOS I E II, DA LEI Nº 12.527/2011.

RECEITA

3 HÁ INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS PÚBLICOS, DE QUALQUER NATUREZA, RECEBIDOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO, CONTRATO, TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO E INSTRUMENTOS LEGAIS CONGÊNERES, NOS ÚLTIMOS 12 MESES, COM GARANTIA DE AUTENTICIDADE E INTEGRIDADE DISPONÍVEIS PARA ACESSO?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO E NO ART. 7º, INCISO IV, DA LEI 12.527/2011, NO ART. 11, INCISOS III, IV, V, VI, DA LEI 13.019/14, E NA ITG 2002, CFC, APROVADA PELA RESOLUÇÃO 1409/2012, DA LAVRA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, COM BASE NO ART. 6º, ALÍNEA "F", DO DECRETO - LEI Nº 9.295/46.

DESPESA

4 AS DESPESAS RELATIVAS AOS ÚLTIMOS 12 MESES, REFERENTES AOS RECURSOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA ENTIDADE, SÃO APRESENTADAS DE FORMA DETALHADA (VALORES PAGOS, DATA DOS PAGAMENTOS, FAVORECIDOS, OBJETO DAS AQUISIÇÕES/PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, ETC.)?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 2º E 7º, INCISO IV, DA LEI 12.527/2011, NO ART. 11, INCISOS III, IV, V, VI, DA LEI 13.019/14, E NA ITG 2002, CFC, APROVADA PELA RESOLUÇÃO 1409/2012, DA LAVRA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, COM BASE NO ART. 6º, ALÍNEA "F", DO DECRETO - LEI Nº 9.295/46.

5 HÁ DIVULGAÇÃO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUALIZADA POR NOME DO EMPREGADO/BENEFICIÁRIO DO RECURSO PÚBLICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 11, INCISO VI, DA LEI Nº 13.019/2014 E ART. 39, § 3º, DA PORTARIA Nº 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

6 HÁ DIVULGAÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS, PAGAS COM RECURSOS PÚBLICOS, POR NOME DE FAVORECIDO, CONSTANDO, DATA, DESTINO, CARGO E MOTIVO DA VIAGEM?

OBRIGATÓRIO. A CGU JÁ SE MANIFESTOU NO SENTIDO DE QUE OS GASTOS COM DIÁRIAS E PASSAGENS DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DEVEM SER PÚBLICOS. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.CGU.GOV.BR/NOTICIAS/2016/07/MINISTERIO-DA-TRANSPARENCIA-DETERMINA-ACESSO-PUBLICO-A-GASTOS-DE-DIARIAS-E-PASSAGENS-DE-ONGS](http://www.cgu.gov.br/noticias/2016/07/ministerio-da-transparencia-determina-acesso-publico-a-gastos-de-diarias-e-passagens-de-ongs)



BENS E SERVIÇOS

7

O SITE APRESENTA DADOS REFERENTES A AQUISIÇÃO DE BENS E/OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, COM RECURSOS PÚBLICOS, NOS ÚLTIMOS 12 MESES, COM NO MÍNIMO, COTAÇÃO DE PREÇOS NO MERCADO, IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES DE BENS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E RESPECTIVOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS, DESDE QUE OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E ECONOMICIDADE?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NA SEÇÃO I, ART. 45, DA PORTARIA Nº 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, ART. 8, 1º, INCISO IV.

8

O ENTE DIVULGA INFORMAÇÕES CONCERNENTES ÀS AQUISIÇÕES DE BENS E/OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, DE ACORDO COM O SEU REGULAMENTO PRÓPRIO, NOS CASOS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – OS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, COM DADOS DOS ÚLTIMOS 12 MESES?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 17, DA LEI Nº 9.637/98 E ART. 14 DA LEI Nº 9.790/99.

DOS INSTRUMENTOS LEGAIS

9

O SÍTIO DISPONIBILIZA CÓPIA INTEGRAL DOS INSTRUMENTOS LEGAIS FIRMADOS COM O PODER PÚBLICO, COM DESCRIÇÃO DE SEU OBJETO, ACOMPANHADOS DOS RESPECTIVOS PLANOS DE TRABALHO?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 11, INCISO III, DA LEI Nº 13019/2014 E DECRETO Nº 7.774, DE 16 DE MARÇO DE 2012, CAPÍTULO VIII, ART.63, INCISOS I, II E III.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

10

O SITE APRESENTA:

- 1) AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS?
- 2) A SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INSTRUMENTO LEGAL COM O PODER PÚBLICO QUE DEVERÁ INFORMAR A DATA PREVISTA PARA A SUA APRESENTAÇÃO, A DATA EM QUE FOI APRESENTADA, O PRAZO PARA A SUA ANÁLISE E O RESULTADO CONCLUSIVO?
- 3) OS RESULTADOS DE INSPEÇÕES, AUDITORIAS, TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E RESULTADO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS ANOS ANTERIORES?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 7º, VII, INCISOS A E B DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, E ART. 11, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO V, DA LEI Nº 13.019/14.

DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO

11

1) NO SÍTIO ESTÁ DISPONIBILIZADO O REGISTRO DAS COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ENTE, INCLUINDO SEU ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO E RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE?

2) O SÍTIO DISPONIBILIZA ENDEREÇOS E TELEFONES DAS RESPECTIVAS UNIDADES E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, ART. 8º, § 1º, INCISO I.

12

HÁ INDICAÇÃO DE LOCAL E INSTRUÇÕES QUE PERMITAM AO INTERESSADO COMUNICAR-SE, POR VIA ELETRÔNICA OU TELEFÔNICA, COM O ÓRGÃO OU ENTIDADE DETENTORA DO SÍTIO?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 8º, § 1º, I E §3º, VII, DA LEI 12.527/11.

TRANSPARÊNCIA PASSIVA SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-SIC

13

HÁ POSSIBILIDADE DE ENTREGA DE UM PEDIDO DE ACESSO DE FORMA PRESENCIAL OU ELETRÔNICA? EXISTE INDICAÇÃO PRECISA NO SITE DE FUNCIONAMENTO DE UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC) FÍSICO?

OBRIGATÓRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 9º, INCISO I, DA LEI 12.527/11

BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA

14

HÁ INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS E RECEITAS DE RECURSOS DE ORIGEM PRIVADA, DE QUALQUER NATUREZA, RECEBIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES, COM GARANTIA DE AUTENTICIDADE E INTEGRIDADE?

BOA PRÁTICA, COM BASE NO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, NO ART. 7º, INCISO IV, DA LEI 12.527/2011, NO ART. 11, INCISOS III, IV, V, VI, E NA ITG 2002, APROVADA PELA RESOLUÇÃO 1409/2012, DA LAVRA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, COM FUNDAMENTO NO ART. 6º, ALÍNEA “F”, DO DECRETO – LEI Nº 9.295/46.

15

HÁ DIVULGAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS, COMO BALANÇO PATRIMONIAL, NOTAS EXPLICATIVAS E OUTROS? ALÉM DE IDENTIFICAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS VINCULADAS AOS INSTRUMENTOS LEGAIS FIRMADOS COM O PODER PÚBLICO, ACOMPANHADAS DOS RESPECTIVOS EXTRATOS BANCÁRIOS?

BOA PRÁTICA, COM BASE NO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, NO ART. 7º, INCISO IV, DA LEI 12.527/2011, NO ART. 11, INCISOS III, IV, V, VI, DA LEI 13.019/14 E NA ITG 2002, APROVADA PELA RESOLUÇÃO 1409/2012, DA LAVRA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, COM FUNDAMENTO NO ART. 6º, ALÍNEA “F”, DO DECRETO – LEI Nº 9.295/46.

16

HÁ MECANISMO NO SITE QUE GARANTA EXPRESSAMENTE A SEGURANÇA DO SÍTIO OFICIAL (HTTPS/CERTIFICADO DIGITALIZADO SSL(SECURITY SOCKETS LAYER)?

BOA PRÁTICA, COM BASE NO ART. 8º, DA LEI Nº 12.527/2011.

17

HÁ INFORMAÇÃO SOBRE A DATA E A HORA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DE DADOS A FIM DE ATESTAR A ATUALIZAÇÃO EM TEMPO REAL DAS INFORMAÇÕES NO SITE?

BOA PRÁTICA, COM BASE NOS ARTS. 7º INCISO IV E 8º, DA LEI 12.527/2011.